

**A melhor solução
contra a
desinformação.**

Antecedentes: dois aspectos a considerar

A disseminação da internet trouxe como efeito colateral a explosão da desinformação.

O avanço da desinformação é facilitado pela fragilização do ecossistema jornalístico.





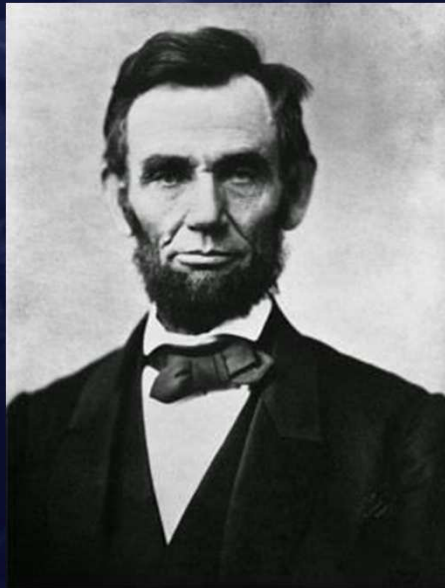
As consequências do campo de batalha digital:

- Crescimento do extremismo.
- Riscos à democracia e à estabilidade econômica e geopolítica mundial.
- Erosão da vida harmônica em sociedade e até mesmo familiar.
- Surgimento dos desertos de notícias.

Regulamentação de conteúdos das plataformas é a saída?

Depende, mas ajuda se:

- Houver combate ao anonimato.
- Equiparação ao menos parcial a veículos de comunicação.



“Don’t believe everything you read on the Internet just because there’s a picture with a quote next to it.”

—Abraham Lincoln



Mas há uma série de riscos envolvidos:

- Quem e como faria o controle de conteúdos?
- Como e quem define o que é fake news.
- Regulamentação pode ser usada para a censura.
- Autocracias (Rússia, China e Índia, entre outros) já regulam redes e plataformas para sufocar vozes dissidentes.

É efetiva?

- Na prática, conteúdos proibidos são mais atrativos e circulam sem controle.
- E-mails e grupos de mensagem podem ser regulamentados como negócios, mas quem e como fiscalizaria o conteúdo?
- O problema central não é a retirada de conteúdos: é a ENTRADA e sua disseminação viral.


A solução ideal seria:

- Um pacto mundial, autorregulado, contra a desinformação, liderado pelas Nações Unidas nos moldes do enfrentamento do aquecimento global e que restabeleça a valorização da verdade.

Duas vertentes factíveis:

- Plataformas assumem responsabilidade direta ao menos sobre os conteúdos pagos, que devem ter transparência total.

- Devem financiar o jornalismo profissional como antídoto à desinformação.



A solução imediata, mais democrática e ao alcance de muitos países:

- Valorização e reconhecimento do jornalismo por meio da **REMUNERAÇÃO DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA** pelas big techs.

A lógica por trás da remuneração:

- 1) As plataformas produzem uma indesejada poluição social.
- 2) A desinformação ganhou uma dimensão impossível de ser contida.
- 3) Quem tem a técnica e a capacidade de limpar essa poluição social é o jornalismo profissional.
- 4) Essa tarefa tem um custo relevante, que deve ser em grande parte bancada pelos poluidores.

Enquanto não há pacto global...

Alguns países estão aprovando legislações para preservar e reconhecer o seu ecossistema jornalístico, como uma primeira grande linha de defesa contra a desinformação.



OS PIONEIROS: AUSTRÁLIA

Criou em 2021 o Australian News Bargain Code.

Objetivo: reequilibrar negociações entre plataformas e veículos de comunicação, com o sentido de preservar o ecossistema jornalístico australiano, incluindo pequenos e médios veículos.



AUSTRÁLIA

- Quem pode participar dos acordos: veículos jornalísticos com receita mínima de U\$ 150 mil no ano anterior.
- Tem objetivo de produzir conteúdo jornalístico, opera na Austrália e segue padrões profissionais.
- Se veículos e plataformas não chegarem a um acordo, em 90 dias abre-se processo de arbitragem “binding”, com decisão compulsória para um dos valores sobre a mesa.

AUSTRÁLIA

Negociações coletivas são fechadas também por pequenos veículos.

Exemplos:

- Country Press Australia fechou acordo em nome de 180 publicações regionais.
- Minderoo Foundation fechou acordo com Google em nome de 24 veículos australianos focados em nichos e minorias.

RESULTADOS

Pagamento de cerca de US\$ 150 milhões de dólares para os veículos australianos em um ano (cerca de 20% dos custos dos veículos).

Acordos com veículos que empregam 90% dos jornalistas australianos.

Contratações em massa de jornalistas.

Exemplos:

- The Guardian (edição australianiana) aumentou a redação de 70 para 150 jornalistas;
- Australian Broadcasting Company anunciou a contratação de 50 correspondentes para o interior da Austrália.

EUROPA

Aprovou em 2019 a Diretiva de Direitos Conexos.

- 18 dos 27 países-membros da EU já adotaram mecanismos de remuneração.
- Lógica europeia é de remunerar direitos autorais e valorizar a cultura e informação locais.

ITÁLIA

Agência reguladora da comunicação autorizou em janeiro de 2023 negociações conjuntas de veículos com *big techs*.

- Veículos receberão valor equivalente a até 70% da publicidade vendida com base na produção jornalística.
- Critérios para definição de valores: relevância (anos de existência), número de jornalistas, investimentos em tecnologia e digital, audiência.
- 30 dias para negociação + 60 dias para arbitragem pela agência. Definição de “valor justo”.

OUTROS

- Outros: Nova Zelândia, Espanha, França (jornais e revistas de *hard news*).



OS PRÓXIMOS: CANADÁ

- Legislação conhecida como C-18 (Online News Act).
- Estimativa de U\$ 242 milhões de dólares/ano para reforçar o jornalismo profissional.
- Votação final no Senado esperada para a primavera canadense.
- Pesquisas mostram 80% de apoio dos canadenses ao projeto.
- Critério de repasse: proporcional ao total de salários pagos às redações.
- Terão direito empresas que se organizam como atividade jornalística para efeito de tributação.



OS PRÓXIMOS: CANADÁ

- Conteúdos precisam ser produzidos, editados e distribuídos no Canadá.
- Veículos devem ter mínimo de dois jornalistas na folha.
- Polêmica: incluída no acordo a Canadian Broadcasting Corporation (CBC).
- 90 dias de negociação + 120 para arbitragem + 45 para resultado. “Oferta final”.
- Recursos deverão ser reinvestidos em produção jornalística
- Valores deverão ter transparência.



OS PRÓXIMOS: EUA

- Journalism Competition and Preservation Act.
- Permite negociação coletiva de veículos.
- Todos os recursos devem ser reinvestidos em jornalismo.
- Exclui grupos com mais de 1,5 mil empregados.



EUA

- Inclui empresas que têm 25% de seus conteúdos focados em noticiário atual e atualização ao menos uma vez por semana.
- Função pública “similar às dos jornais”.
- Ter gerado pelo menos U\$ 100 mil em receitas no ano anterior.
- Deverão pagar plataformas com pelo menos 50 milhões de usuários nos EUA ou valor de mercado acima de U\$ 550 bilhões.
- 180 dias para acordo + proposta final em 60 dias por painel de três árbitros independentes.

OS PRÓXIMOS: REINO UNIDO

- Estimativa de repasse de U\$ 300 milhões/ano.
- Um jornal do tamanho do Guardian (902 pessoas na área editorial e U\$ 87 milhões de custo editorial/ano): de U\$ 18 milhões a U\$ 27 milhões/ano.

As reações das *big techs*:

- Ameaças de se retirar do mercado (Austrália).
- Bloqueios de notícias (1 milhão de usuários no Canadá).
- Cerca de 1000 acordos (Brasil, Argentina, França, Espanha etc), segundo Google, incluindo News Corp e NYT.

OBS.: Valores na Espanha são cerca de 10 vezes superiores aos do Brasil para veículos similares.

CONCLUSÕES

- *Big techs* só reagem a pressões de regulamentação.
- Acordos individuais (*Showcase/Destaques*) são um sinal de autorregulação mas, na prática, são PR, de acordo com o país.
- Autorregulação com valores expressivos é modelo ideal mas deve demorar ou nunca sair em muitos países.
- Autocracias não têm interesse em fortalecer jornalismo independente.
- Imprensa deve conquistar também outras instituições e opinião pública para a causa da remuneração.
- Concessões para nichos e novas formas de jornalismo para ampliar base de apoio à remuneração.